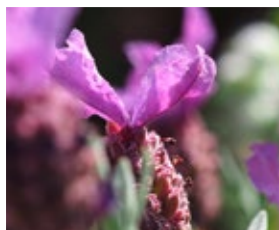
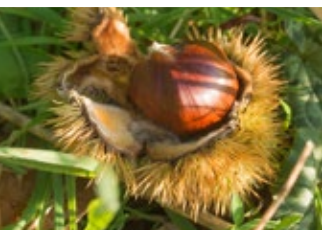
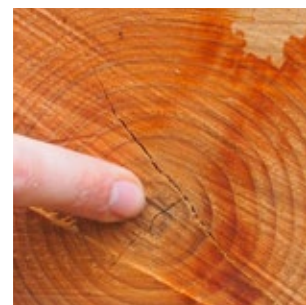
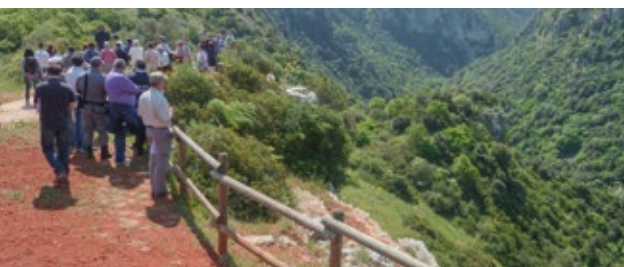


# PROPOSTA DE SOLUÇÕES E INSTRUMENTOS INOVADORES PARA A CONSERVAÇÃO E GESTÃO SUSTENTÁVEL E INTELIGENTE DOS RECURSOS NATURAIS DA REGIÃO DO MEDITERRÂNEO





# INTRODUÇÃO

As florestas e os espaços naturais mediterrânicos têm sempre sido um suporte da **atividade humana**, não havendo uma separação clara entre as actividades económicas e o ambiente natural. A dinâmica dos ecossistemas mediterrânicos esteve sempre intimamente relacionada com as **sociedades humanas** que neles se desenvolveram. As **paisagens** mediterrânicas são o resultado da actividade humana ao longo dos tempos.

As florestas e as áreas naturais mediterrânicas são **ecossistemas** altamente funcionais:

- \* Possuem **especificidades ecológicas** excepcionais: biodiversidade, elevada riqueza de recursos naturais, berço de espécies endémicas, habitats notáveis, etc.
- \* Têm **valor económico** intrínseco e dão origem a uma grande variedade de produtos, desde a madeira e cortiça, a outros produtos da floresta tais como plantas medicinais, trufas, cogumelos, bolotas, frutos, resina e, ainda, produtos agrícolas tradicionais.
- \* Estão sob grande **pressão social**: as florestas constituem o suporte de vida de muitas comunidades e desempenham também funções de lazer (aumento do turismo e das actividades ao ar livre nas áreas rurais e nas florestas, em particular nos espaços urbanos e suburbanos).

As florestas e as áreas naturais mediterrânicas constituem, portanto, ecossistemas de elevado interesse mas mantêm grande fragilidade e necessitam de promoção.

No entanto, estão sujeitas a uma **pressão crescente** e a diversas **ameaças**:

- \* Ameaças intrínsecas, tais como **riscos naturais**, em especial incêndios e erosão, condições climáticas e edáficas difíceis, que se agravam com as **alterações climáticas**;
- \* Ameaças externas, tais como uma **pressão social e económica** crescente, em especial na proximidade das cidades e nas zonas costeiras, provocando a urbanização dispersa e a impermeabilização do solo, o que intensifica o risco de incêndio florestal.

Além do mais, as áreas rurais mediterrânicas abrangem uma larga gama de *stakeholders* públicos e privados, o que requer uma boa **coordenação** e uma forte **sinergia** entre todos.


O contexto do Mediterrâneo tem um conjunto de particularidades que requerem uma abordagem específica para a conservação e valorização dos recursos naturais à luz dos programas e estratégias internacionais e europeias.



As florestas e as áreas naturais mediterrânicas são ecossistemas altamente **multi-funcionais**







O presente documento reúne as recomendações de natureza política que resultaram dos 13 projectos MED, os quais envolveram 14 parceiros de sete Estados Membros

Como melhorar a governança nas áreas florestais e naturais do Mediterrâneo? Como lidar com os efeitos das alterações climáticas? Como gerir áreas protegidas e preservar a biodiversidade? Como gerir os riscos naturais e, em particular, o risco de incêndio florestal? Como tratar a urbanização e a impermeabilização do solo? Como reforçar o valor económico das áreas rurais do Mediterrâneo?

Estas foram as questões chave e os tópicos abordados no decurso do **projecto MEDLAND2020** *“Concepção de soluções integradas de gestão territorial para a protecção dos recursos naturais, em sinergia com a sua valorização social e económica”* (prazo: 1 de Julho de 2013 a 31 de Dezembro de 2014). O MEDLAND2020 é um dos 13 projectos de capitalização do Programa MED, co-financiado pela União Europeia em 2012. O objectivo geral é o de **reforçar o impacto dos resultados, produtos e aprendizagens** de projectos anteriores em matéria de gestão sustentável de recursos e de áreas naturais do Mediterrâneo.

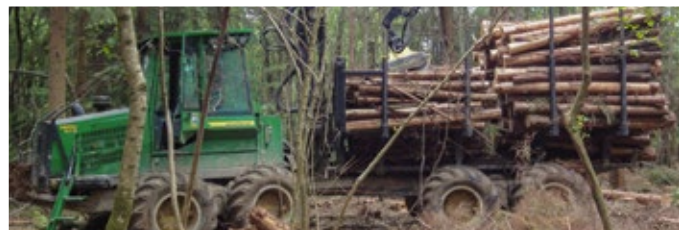
O presente Policy Brief reúne as **recomendações de natureza política que resultaram dos 13 projectos MED**, os quais envolveram 14 parceiros de sete Estados Membros (Espanha, França, Itália, Croácia, Eslovénia, Grécia e Portugal) e de um país convidado (Albânia) elegível no âmbito do Instrumento de Pré-Adesão (IPA).

Este Policy Brief está totalmente alinhado com o **Quadro Estratégico para as Florestas Mediterrânicas (QEFM)**. Um processo de trabalho aberto e transparente deu origem, ao fim de dois anos, a um quadro estratégico para as florestas e áreas florestais do Mediterrâneo. A 21 de Março de 2013, os Ministros dos países do Mediterrâneo reuniram-se na 3ª edição da Semana da Floresta Mediterrânica (Tlemcen, Argélia, 2013) e decidiram continuar a implementação de acções e medidas com vista ao cumprimento dos objectivos do Quadro Estratégico para as Florestas Mediterrânicas, tendo em consideração as necessidades específicas de cada país. Uma avaliação actualmente em curso será apresentada durante a 4ª edição da Semana da Floresta Mediterrânica (Barcelona, Espanha, 2015).

O Quadro Estratégico para as Florestas Mediterrânicas tem sido e continua a ser o documento de referência para a gestão das florestas e das áreas florestais do Mediterrâneo.

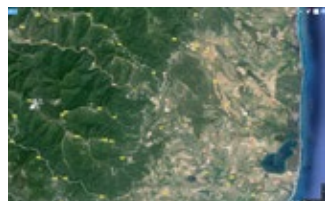
O presente *Policy Brief*, elaborado pelos parceiros do projecto MEDLAND2020 sob coordenação da AIFM, pretende constituir-se como uma extensão do QEFM a outras áreas do Mediterrâneo, incluindo espaços agrícolas e suburbanos.





# CONSIDERAR A PERTINÊNCIA DA ESCALA DE REFLEXÃO E DE ACTUAÇÃO NA GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS E ÁREAS NATURAIS DO MEDITERRÂNEO

Projectos : todos



- \* Promover a **colaboração** entre pequenos proprietários na implementação de modelos uniformes de **gestão em larga escala de recursos naturais**.

- \* Promover a **gestão colaborativa das florestas** (privadas e/ou públicas) através de planos de gestão de escala superior à propriedade florestal.

- \* Melhorar a ligação e a transmissão de conhecimentos e de competências entre **investigação e operação no terreno**.

Melhorar a articulação entre investigação e operação no terreno





# 2.

## PROMOVER A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE BENS E SERVIÇOS NAS ÁREAS RURAIS DO MEDITERRÂNEO

**Projectos :** SYLVAMED, 2BPARKS, OSDDT-MED, WOODe3, PROFORBIOMED

\* **Promover a utilização de produtos florestais e agrícolas** a todos os níveis com vista ao reforço dos benefícios sociais (emprego), económicos (valorização territorial) e ecológicos (prevenção de incêndios, biodiversidade, paisagem) associados à gestão tradicional e cultural sustentável dos recursos do Mediterrâneo.

\* Criar sistemas de financiamento e de apoio técnico para a **promoção de actividades económicas favoráveis à biodiversidade e ao crescimento verde** nas áreas protegidas.

\* Considerar o potencial económico da valorização da biodiversidade através da criação de um quadro estratégico ao nível do Mediterrâneo para apoiar a valorização das **plantas aromáticas e medicinais**.

\* Reforçar a gestão sustentável das florestas através da melhoria, sempre que necessário, dos sistemas de vigilância ao abate ilegal de árvores ou através da promoção da **certificação florestal**.

\* Fornecer, aos decisores políticos e aos *stakeholders*, informação sobre as **disponibilidades de recursos de madeira** (mapeamento de áreas de exploração florestal, quantidades produzidas e relação reservas existentes/previsíveis de modo a prevenir a sobre-exploração).

O Valor Económico Total médio das florestas mediterrânicas foi estimado em 133 €/ha\*



Este valor é mais elevado nos países da margem Norte do Mediterrâneo (173 €/ha), do que nos países a Sul (70 €/ha) ou a Leste (48 €/ha).\*

\* Considerar o **pagamento de serviços dos ecossistemas (PSE)** como mecanismos financeiros válidos para implementar estratégias sustentáveis de gestão de recursos naturais e para incorporar a valorização dos serviços dos ecossistemas nas políticas ambientais.

\* Estimar o valor económico dos ecossistemas e dos seus serviços e promover a **integração** destes valores nos **sistemas de contabilidade a nível nacional e europeu**.

\* **Promover mecanismos de PSE** associados ao uso/exploração sustentável de produtos e serviços florestais. Promover mecanismos de PSE junto dos proprietários florestais privados e incentivar o envolvimento dos proprietários na definição destes mecanismos.

\* Integrar mecanismos de PSE nos **planos de gestão florestal** e desenvolver políticas e estratégias concretas de aplicação dos mecanismos PSE.

\* Reafirmar que a regulamentação em matéria de colheita de frutos da floresta se deve basear no direito inalienável do proprietário para usar o produto de forma sustentável ou na transferência desse direito a outra entidade particular ou institucional.

\* **Determinar a obrigatoriedade da apresentação de estudos prévios à aprovação do projecto:** as autoridades devem exigir a elaboração de estudos sobre a cadeia de aprovisionamento das indústrias da madeira para evitar conflitos ao nível das matérias primas e para prevenir a afectação do emprego e dos usos tradicionais. As unidades financiadas por fundos públicos podem funcionar como locais para visitas educativas e como extensões pluridisciplinares das instituições educativas.



\* : Croitoru, L. and Merlo, M. (2005) Chapter 4. *Mediterranean Forest Values*. In: Merlo, M. and Croitoru, L. (Eds.) *Valuing Mediterranean forests: Towards Total Economic Value*, CABI Publishing, Wallingford, p.406.





# 3.

## PROMOVER UMA GOVERNANÇA EFICAZ NAS ÁREAS RURAIS DO MEDITERRÂNEO

**Projectos :** QUALIGOUV, 2BPARKS, SYLVAMED, PROFORBIOMED, OSDDT-MED, WOODe3, MODEL FOREST



Envolver todos os *stakeholders* públicos e privados do território desde o início



\* Para uma governança eficaz é necessário **envolver desde o início todos os *stakeholders* públicos e privados do território**; é essencial que os **proprietários dos espaços naturais** sejam envolvidos.

\* Previamente ao início de um projecto de desenvolvimento rural, as entidades públicas e os responsáveis pelos projectos devem analisar a **forma como o território é governado (diagnóstico de governança e contextualização)**.

\* Na fase de implementação de um projecto de desenvolvimento local, é necessário estabelecer uma **comunicação directa e permanente** entre os *stakeholders* (parceiros e decisores políticos).

\* **Integrar** melhor as preocupações ambientais nas outras políticas, em particular nas políticas económicas.

\* Incentivar e implementar modelos de **co-gestão** nas áreas protegidas.

\* Criar condições favoráveis ao **diálogo nos vários níveis** (local, nacional, internacional) e facilitar a **participação pública** nos processos de decisão.

\* Promover a **colaboração entre os *stakeholders*** públicos e privados das áreas florestais.

\* Apoiar os proprietários florestais na elaboração de **planos de gestão florestal** (incentivos financeiros, e.g. benefícios fiscais, etc.).

\* Regularizar as questões da **propriedade comunitária**, em especial nas áreas florestais.

\* Elaborar um **quadro legal e institucional** que considere as múltiplas formas de pagamento dos serviços dos ecossistemas (**PSE**), sejam elas pactos contratuais, métodos de facturação e de pagamento, participação de stakeholders, etc.







\* A governança sustentável do território deve limitar o consumo do solo e dos recursos naturais em geral, e deve ser eficaz ao **nível intermédio (nível intercomunitário)**.

\* Reduzir a burocracia, através da criação de um “balcão único” para **prevenir e reduzir barreiras à iniciativa privada ou empreendedorismo**.

\* Promover a **coordenação institucional**:

- » Coordenação entre os diversos níveis da administração e entre os seus programas operacionais.
- » Coordenação entre a política florestal e a política energética.
- » Adopção de uma abordagem mais holística que envolva várias regiões.



\* **Promover associações de proprietários florestais**, públicos ou privados, e fornecer assistência técnica para, por exemplo, fomentar a mobilização nos sectores da madeira e da biomassa.

\* **Adoptar novos modelos de gestão e de financiamento** das áreas protegidas que permitam aumentar a proximidade às comunidades locais e contribuir para o desenvolvimento local.

\* **Valorizar a gestão conjunta** do fornecimento e da produção/venda de energia, de modo a melhorar a capacidade de resposta a possíveis mudanças de custo e de quantidade e para garantir maiores sinergias em geral.

\* Redefinir os objectivos e as políticas para as áreas protegidas e **reconciliar a conservação da natureza com o desenvolvimento das actividades económicas**.

Incentivar os modelos de co-gestão





# RECUPERAR E CONSERVAR OS ECOSSISTEMAS MEDITERRÂNICOS E CONTROLAR O CONSUMO DO SOLO

Projectos : OSDDT-MED, 2BPARKS, SYLVAMED, MEDISS FORCLIMADPT

\* Para controlar o consumo do solo é necessário **sensibilizar os stakeholders** para as **consequências ambientais da impermeabilização do solo**.

\* Promover **taxas urbanísticas** que incentivem a reutilização de áreas urbanizadas ou impermeabilizadas.

\* Concluir a **Directiva Europeia da Estratégia para o Solo (2006)** que limita o consumo do solo.

\* As autoridades públicas devem dispor de instrumentos que permitam melhor compreensão e avaliação dos **custos directos associados aos acidentes e riscos naturais** resultantes da construção em áreas de risco. Estes custos devem ser incorporados nas taxas de urbanização.

\* As autoridades públicas devem confrontar os custos da impermeabilização do solo com o valor económico das **funções e serviços ambientais prestados pelos solos naturais**.

\* O **planeamento territorial** eficaz requer uma **vasta gama de competências**: geologia, geografia, urbanismo, logística, silvicultura, ecologia, arquitectura, agronomia, etc..

\* A região mediterrânica é intensamente povoada e urbanizada, particularmente nas zonas costeiras, o que conduz à penetração das áreas urbanas no *hinterland*, ao aumento da impermeabilização do solo e à redução dos espaços naturais. É necessário **repensar os espaços urbanos e suburbanos** e introduzir elementos naturais como fonte de biodiversidade (incluindo áreas florestais) e para mitigar os efeitos das alterações climáticas.



\* Incorporar a **valoração dos serviços dos ecossistemas** nas políticas ambientais e de ordenamento do território.

\* **Promover o ordenamento eficaz** das áreas protegidas, tendo como objectivo a eficiência e a sustentabilidade do consumo do solo e a necessidade de desenvolver as economias locais.

\* Atribuir valor económico ao solo através da **promoção do sector agrícola**.

\* Apoiar a criação de conhecimento sobre a biodiversidade mediterrânica de modo a aumentar a valorização e o interesse.

\* **Eliminar aterros sanitários ilegais** nas áreas rurais do Mediterrâneo.

\* Valorizar os pedidos formulados às equipas de investigação através da consideração das **expectativas dos stakeholders**.

Concluir a  
Directiva Europeia  
da Estratégia para  
o Solo (2006)





# INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA VERDE: MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS LOCAIS PARA CONSUMO LOCAL

**Projectos** : PROFORBIOMED, WOODe3

# 5.

✱ Promover uma **escala de consumo** diferente: desde a pequena caldeira às grandes centrais de aquecimento. A cadeia de aprovisionamento necessita do desenvolvimento de todos os grupos de consumo.

✱ Criar **subvenções** em favor das Energias Renováveis, em particular da biomassa:

» Redução da fiscalidade local em sistemas de aquecimento por biomassa.

» Subsídios à diferença de custo entre a compra de uma caldeira de combustíveis fósseis e uma caldeira a biomassa.

» Redução fiscal ou subsídios específicos para operações florestais no âmbito da extracção, transformação e transporte de biomassa.



» Empréstimos a micro empresas florestais para investimento em infraestruturas e equipamento.

» Criação de um programa de apoio financeiro por concurso para a investigação em biomassa florestal sustentável, com enfoque nas funções dos ecossistemas, solos, água e biodiversidade, bem como na eficácia da biomassa de madeira.

✱ Colmatar a falta de **incentivos** à energia térmica e à produção combinada de calor e electricidade ou alargar o âmbito dos incentivos existentes.

✱ Criar **incentivos** às Energias Renováveis, em particular à biomassa:

» **Redução dos impostos sobre as energias renováveis** ou do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) quando aplicável.

» Criação de programas de **subsídio a moradores** na aquisição de tecnologias de aquecimento renováveis (prémio a soluções de aquecimento baseadas em energias renováveis). Um imposto sobre a propriedade poderia também incentivar os proprietários florestais a adoptarem uma lógica empresarial e a melhorarem a gestão florestal.



» **Recompensar as baixas emissões** e a sustentabilidade dos sistemas de aquecimento. Criar um sistema de recompensa para as unidades industriais que garantam baixas emissões (NO<sub>x</sub>, poeiras, SO<sub>x</sub>, etc.). Criar um imposto sobre a emissão de CO<sub>2</sub> ou um incentivo ao desenvolvimento da bioenergia. Apoiar as centrais térmicas que assegurem um número elevado de horas de operação em regime estabilizado (2 200 horas).



# 5.



**I**mplementar **desincentivos ao uso de combustíveis fósseis** por comparação com o uso dos renováveis, de modo a fomentar a inovação e a investigação, e.g. um imposto sobre gases com efeito de estufa (emissões de CO<sub>2</sub>), um imposto obrigatório sobre a gasolina (ou fixação de um preço base) no contexto do transporte de combustíveis líquidos.

\* **Promover I&D** para adaptação das caldeiras às características da biomassa local.

\* **Regulamentar os diversos usos da biomassa.** Apoiar a **melhor utilização possível da madeira** de modo a gerar receitas aos proprietários florestais e não desequilibrar a cadeia de produção global (evitar concorrência ao nível dos recursos).

\* Melhorar o conhecimento sobre as **consequências ambientais** da extracção de madeira.

\* **Promover o uso da biomassa na administração pública:** incentivar a instalação de biomassa em edifícios públicos. Deve ser promovida a utilização biocombustíveis florestais nos edifícios públicos e a existência de técnicos qualificados para apoiar projectos sobre o uso da biomassa.

\* Apoiar a criação de **clusters de biomassa florestal** e, neste âmbito, de **clusters** de conhecimento que possam desenvolver informação e soluções, de modo a aumentar as oportunidades de atracção de financiamento, de maior poder negocial e de partilha de instalações comuns com menor custo.



\* Clarificar e dar a conhecer o mercado de energia vegetal: **identificação de usos concorrentes e de outros usos** com impacto no custo e disponibilidade da biomassa.







\* **Melhorar o conhecimento sobre a oferta de biomassa** de uma determinada região: identificação de áreas de aprovisionamento, de fornecedores de biomassa florestal, distâncias entre os recursos e as unidades de transformação, etc.

\* **Estabelecer contratos de fornecimento de biomassa** para garantir a sustentabilidade. Os contratos devem incluir cláusulas específicas sobre a qualidade da biomassa de modo a garantir transparência, redução de custos e elevada qualidade da biomassa.



\* **Introduzir normas técnicas, sobretudo na construção,** para facilitar a instalação de caldeiras.

\* **Adoptar parâmetros de garantia de qualidade para os biocombustíveis,** de modo a criar confiança junto dos consumidores finais.

\* **Aumentar as áreas florestais ordenadas** com recurso a instrumentos de planeamento e de gestão. Promover a exploração florestal dos perímetros florestais públicos de modo a assegurar a oferta a longo prazo.

\* **Estabilizar procedimentos administrativos,** incentivos económicos e fiscais e procedimentos de aprovação das actividades silvícolas.

\* **Assegurar a coordenação** interdisciplinar (energia, ambiente, florestas).

\* **Crear “centros de acolhimento”** especiais para “troca” de biomassa por produtos energéticos finais (*pellets*, briquetes, etc.) para estimular o uso da biomassa.

\* **Desenvolver projectos-piloto** para exemplificar: construção de pequenas unidades de produção de *pellets*, queima de biomassa para produção de energia, etc., que poderiam ser visitadas pelo público geral para dar a conhecer esta tecnologia. Sempre que possível, deve ser dada prioridade ao financiamento de instalações comunitárias ou de habitação social.



Crear incentivos às Energias Renováveis, em particular à biomassa

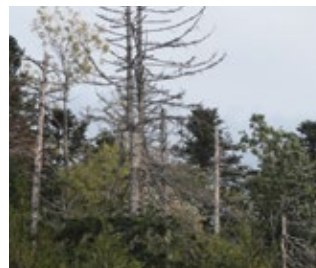


## PROMOVER A GESTÃO DO RISCO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E A PREVENÇÃO DE OUTROS RISCOS NATURAIS NO CONTEXTO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Projectos : PROTECT, CYPFIRE, FOR CLIMADAPT, QUALIGOUV, MEDISS

\* **Atribuir valor sócio-económico aos impactos das alterações climáticas** e aos custos da prevenção através de estratégias de mitigação, como por exemplo, a adopção de abordagens custo-eficácia na gestão florestal para reduzir o potencial aumento do risco de incêndio.

\* **Ter consciência da interacção** entre os fenómenos naturais (secas, pragas e fogos) no contexto dos cenários de alteração climática, os quais são agravados pelo processo paralelo de abandono da gestão do território.



\* **Reduzir a vulnerabilidade social aos riscos naturais**, em especial no contexto dos cenários de alteração climática em que os fenómenos extremos, tais como incêndios florestais, cheias e tempestades, ocorrem com uma nova distribuição espacial, frequência e intensidade, afectando novas populações ainda não habituadas a estes fenómenos.

\* **Adoptar o mais depressa possível as necessárias estratégias de mitigação das alterações climáticas**, mesmo que os resultados a longo prazo não se coadunem com o ciclo político. A **consideração efectiva de todos os sectores económicos** que podem ser afectados pela perda de produtos e serviços da floresta devido às alterações climáticas (qualidade da paisagem e turismo, por exemplo) pode constituir um **novo paradigma de cooperação** entre entidades públicas e privadas (reforçando, por exemplo, a participação dos proprietários florestais locais na conservação da paisagem enquanto recurso turístico).



Reduzir a vulnerabilidade social aos riscos naturais





\* O planeamento e a gestão territorial no Mediterrâneo devem ter em consideração o **risco de incêndio florestal** a todos os níveis (desde o ordenamento do território à habitação, por exemplo).

\* Divulgar **medidas concretas de gestão territorial** com vista à gestão do risco de incêndio florestal e à prevenção de outros desastres naturais, comunicando-as aos decisores políticos.

\* Implementar metodologias científicas que aumentem a **eficácia das medidas de prevenção de incêndios florestais** com base na gestão territorial.

\* Desenvolver metodologias aplicadas para **avaliar o risco de incêndio florestal** e aumentar a **eficiência das medidas de prevenção**.

\* Apoiar as melhores práticas de gestão territorial com vista à prevenção de incêndios florestais. Integrar os instrumentos propostos em modelos pluridisciplinares de gestão territorial.

\* Promover a **participação social activa** na prevenção dos incêndios florestais:

» Fomentar a cooperação eficaz dos stakeholders (bombeiros, gestores florestais, utentes): **co-construção** e co-responsabilidade (integração)

» Envolver a população local na prevenção dos incêndios florestais: tornando-a parte activa da gestão, em particular, através de **programas de vigilância de incêndios em regime de voluntariado**.

\* Aumentar a **tomada de consciência das populações locais** no que respeita a medidas e técnicas de prevenção de incêndios florestais e à gestão de emergências.

\* Se necessário, promover a **criação de plantações** (florestação) que reduzam o impacto dos riscos naturais associados às alterações climáticas (erosão do solo, desertificação e incêndios florestais).

\* Integrar planos locais de prevenção em **sistemas detalhados de previsão de incêndios florestais** de modo a melhorar a gestão das actividades de vigilância no território.

\* Fomentar a produção de **plantas aromáticas e medicinais** nas áreas naturais e utilizá-las como **corredores corta-fogo**.





# ADAPTAR AS PRÁTICAS AGRÍCOLAS E SILVÍCOLAS ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E AUMENTAR O CONTRIBUTO DA AGRICULTURA E DA SILVICULTURA PARA A BIODIVERSIDADE

Projectos : FOR CLIMADAPT, SYLVAMED, CYPFIRE, MEDISS, OSDDT-MED

Corrigir as práticas agrícolas que se podem tornar desadequadas



- \* Integrar a gestão sustentável dos recursos naturais nas estratégias de mitigação das alterações climáticas, por exemplo, promovendo os múltiplos usos da madeira (energia & construção) com vista ao desenvolvimento de **economias de baixo carbono**.
- \* Promover uma **gestão proactiva das paisagens** de modo a reduzir a vulnerabilidade das florestas e da sociedade às alterações climáticas (mobilização dos recursos da madeira e prevenção de incêndios florestais, gestão florestal e melhor armazenamento de água, exploração florestal e fixação de CO<sub>2</sub>, etc.).
- \* Corrigir as **práticas agrícolas** que se podem tornar desadequadas tendo em consideração os custos globais do **abandono da gestão do solo**: ecológicos (perda de biodiversidade, aumento de risco de incêndios ou de inundações, etc.), sociais (despovoamento, redução do emprego, perda de qualidade das paisagens, etc.) e económicos (falta de desenvolvimento territorial).
- \* Promover a produção de **plantas que consumam menos água**, tais como as ervas aromáticas.
- \* Apoiar a criação de **conhecimento sobre a biodiversidade do Mediterrâneo** de modo a aumentar a valorização e o interesse do sector agrícola.
- \* Implementar soluções de **PSE** para gerar **receitas dos proprietários privados**, de modo a fomentar a concretização de medidas relevantes.



- \* Criar legislação ao nível europeu, nacional e regional para melhorar a **protecção e a gestão das árvores monumentais e das florestas antigas**.

- \* Implementar as recomendações da **nova Estratégia Europeia para as Florestas**.





# PROMOVER A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS LOCAIS ATRAVÉS DE CIRCUITOS DE DISTRIBUIÇÃO CURTOS

**Projectos :** MEDISS, 2BPARKS, SYLVAMED, RURURBAL, WOODe3

## 8.

- \* Promover a **interacção e a colaboração entre produtores locais** (PME) com vista a uma melhor integração dos recursos locais e para desenvolver a articulação entre o turismo e o marketing dos produtos locais.
- \* Promover a “**eco-mentalidade**” e o respeito pelo ambiente na produção de bens da floresta e aumentar o seu valor de mercado através da adopção de **soluções de PSE**.
- \* Promover a **investigação** no domínio da valoração dos serviços ambientais e criar um **mercado de serviços dos ecossistemas**.
- \* Apoiar a produção e o uso de produtos locais, integrando **plantas aromáticas e medicinais na cadeia da oferta**.
- \* Promover modelos dietéticos como meio de expandir e reforçar as **redes locais solidárias**.
- \* Promover a **articulação harmoniosa entre as áreas agrícolas suburbanas e os centros urbanos**.
- \* Aumentar a **proporção dos produtos locais** no aprovisionamento dos produtos base das economias regionais.
- \* Apoiar e valorizar as **cadeias locais de biomassa** através da produção de **valor acrescentado de base florestal** e do uso da biomassa em sistemas locais de aquecimento.
- \* Incentivar o desenvolvimento de circuitos de distribuição curtos, como forma de reduzir a **pegada de carbono** provocada pelo transporte rodoviário.



Promover a articulação harmoniosa entre as áreas agrícolas suburbanas e os centros urbanos





## PROMOVER O TURISMO SUSTENTÁVEL NAS ÁREAS RURAIS DO MEDITERRÂNEO

Projectos : SUSTEN, 2BPARKS, SYLVAMED, MEDISS



\* Promover e apoiar empresas turísticas sustentáveis através da **adopção de políticas regionais articuladas com o turismo**, bem como da gestão territorial sustentável.

\* Melhorar a coordenação entre as entidades públicas com competências em matéria de planeamento territorial e protecção ambiental e as actividades económicas, de modo a valorizar a **ligação das políticas ambientais ao desenvolvimento económico**.

\* Apoiar (e.g. via subsídios e outros incentivos) empresas turísticas e, em particular PME, na adopção de **princípios de gestão baseados na sustentabilidade ambiental, qualidade, inovação e integração da oferta**.

\* Desenvolver e apoiar modelos de turismo sustentável nas áreas protegidas, tendo por base **abordagens participativas** envolvendo entidades públicas locais e regionais, operadores turísticos e a população local.

\* Melhorar os **modelos de comunicação** dos agentes económicos e das entidades públicas de forma a explorarem conjuntamente o potencial das novas TIC no que respeita à interacção entre património natural, operadores turísticos e consumidores.

O Mediterrâneo é a primeira região turística do mundo. Em 2005, os países do Mediterrâneo receberam 246 milhões de visitantes, 30.5 % do turismo mundial\*







\* Aplicar **soluções de PSE** para incentivar os proprietários privados a valorizar as funções sociais da floresta, incluindo o turismo (uso social da floresta e desenvolvimento turístico).

\* Melhorar a **capacidade operacional** para o turismo sustentável através de instituições e *stakeholders* que operem no desenvolvimento do turismo, do sector privado e ao nível das autarquias locais, adoptando, apoiando (financeiramente) e promovendo modelos e práticas sustentáveis.

\* Promover **abordagens participativas de gestão** no domínio do turismo sustentável em empresas turísticas, através da promoção de modelos e práticas relevantes.

\* Mobilizar os diversos *stakeholders* da área do turismo para o **planeamento das actividades turísticas** tendo em conta os diversos aspectos sociais, culturais, económicos e políticos que afectam o desenvolvimento sustentável.

\* Aproveitar os produtos locais, principalmente **plantas aromáticas e medicinais** para apoiar o **marketing territorial** das áreas turísticas.

\* : Bourse, L. (2012). Programme d'activités 2009-2012 – « *Tourisme et développement durable en Méditerranée* », Plan Bleu, Centre d'Activités Régionales PNUE/PAM, Sophia Antipolis, 39p.

A região espera 637 milhões de turistas (internacionais e nacionais) em 2025, metade dos quais nas zonas costeiras\*





## DESENVOLVER O CONHECIMENTO, A FORMAÇÃO E A COMUNICAÇÃO NAS ÁREAS RURAIS DO MEDITERRÂNEO

Projectos : todos

\* Promover e apoiar **acções de capacitação das entidades de gestão** das áreas protegidas, em domínios como governança, comunicação, harmonização da conservação da natureza com o desenvolvimento territorial, etc.

\* Incentivar o **conhecimento e a capitalização de experiências** (encontros, seminários, acções de formação, workshops, etc.) sobre a protecção da biodiversidade, a criação de modelos de PSE, gestão de riscos, etc..

\* Melhorar significativamente a **produção de informação** de suporte à análise e à decisão política.

\* Promover e apoiar o desenvolvimento de **metodologias e a formação profissional** com vista à adopção de abordagens de gestão sustentável por parte dos profissionais no terreno, nas suas actividades diárias de planeamento e de gestão de actividades turísticas, bem como ao nível dos decisores.

\* Orientar o **desenvolvimento de políticas** de investigação, inovação e educação superior ao nível do Instrumento de Pré-Adesão e dos Programas Operacionais nacionais financiados pelos Fundos Estruturais, tendo como objectivo a melhoria da capacidade de alinhamento com as políticas e as metas europeias, em matéria de investigação e inovação:

» **Mainstreaming horizontal**, nomeadamente verificação das condições de transferibilidade da plataforma colaborativa a outros sectores e cadeias produtivas das economias regionais dos Estados envolvidos;



» **Mainstreaming vertical e transfronteiriço**, através do desenvolvimento dos resultados do projecto relacionados com experiências nacionais e internacionais bem sucedidas, nos domínios da investigação e das redes de transferência de tecnologia.

\* Apoiar a colocação de produtos nos **mercados locais**, incluindo o desenvolvimento de **logos e rótulos**.

Fomentar a transferência de conhecimento e o *mainstreaming* a todos os níveis





\* Incentivar o uso dos **produtos locais** através de acções de educação e formação profissional, de sensibilização, do diálogo público e da implementação e disseminação de novas iniciativas.

\* Melhorar a qualificação da mão-de-obra/formação: há necessidade de formação profissional para agentes na área da produção de energia com vista a:

- » Melhorar a qualidade da biomassa;
- » Consolidar a integração ao longo da cadeia de produção.

\* A formação contribuirá para a existência de agentes com conhecimentos adequados, o que resultará na melhoria da qualidade da biomassa.



\* **Fomentar a educação sobre energias renováveis e biomassa:** instalações financiadas por fundos públicos devem ser utilizadas como locais para visitas educativas.

\* Incluir, nas universidades e institutos politécnicos, cursos sobre gestão ambiental, marketing, gestão financeira, tecnologias específicas, usos da biomassa, etc..

\* **Aumentar a informação pública sobre os projectos em curso:** o sucesso de algumas iniciativas passa por dar a conhecer ao público em geral as acções e os conteúdos dos projectos, desde a sua preparação até à fase final. A participação pública deve incluir todas as fases do projecto (incluindo a avaliação *ex-ante* e, sobretudo, a *ex-post*).

\* **Disseminar os benefícios da gestão sustentável** dos recursos naturais e tradicionais das paisagens culturais do Mediterrâneo enquanto instrumento para o desenvolvimento territorial, para a conservação da natureza e para a mitigação dos efeitos dos riscos naturais.

Promover a educação sobre questões ambientais tais como a exploração florestal e as energias renováveis



# 11.

## REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NAS ÁREAS RURAIS DO MEDITERRÂNEO

Projectos : todos



\* Promover e apoiar o **networking** internacional entre as áreas protegidas e outras unidades territoriais relevantes para a gestão dos recursos naturais, com o objetivo de partilhar experiências e criar valor acrescentado transnacional.

\* Criar o **quadro legal adequado à dinamização de soluções de PSE**, ao nível transfronteiriço.

\* Promover a **transferência de tecnologias e know-how**, para encontrar novas soluções para os constrangimentos locais.

\* Incrementar a **cooperação e a partilha de experiências entre os produtores** das plantas aromáticas e medicinais ao nível do Mediterrâneo (uma das áreas de maior produção destas plantas a nível mundial).

\* Apoiar o **conhecimento sobre a biodiversidade mediterrânica**, incluindo as plantas aromáticas e medicinais, de modo a aumentar o valor e o interesse destas plantas para os sectores da saúde e cosmética.



\* Reforçar a cooperação inter-regional e **partilhar experiências com outros projectos e programas**.

\* Criar **consenso** em torno das questões ambientais e sociais da biomassa: desenvolver soluções e posições partilhadas por todos os stakeholders, através de seminários, conferências, *workshops*, etc., como forma de promover o profissionalismo no sector e para divulgar informação precisa que permita a avaliação objectiva de todos os usos da biomassa.

\* Promover plataformas de conhecimento e de partilha de informação, como meios para que as **regiões possam aprender umas com as outras (transferibilidade)** num contexto de **mudança global**, no qual os efeitos das alterações climáticas e as transformações de uso do solo geram elevado grau de incerteza.



**Redacção:**

AIFM, com a colaboração de  
todos os parceiros do pro-  
jecto MEDLAND2020  
14, rue Louis Astouin  
13002 Marseille  
França  
Tel: +33 (0)4 91 90 76 70  
[www.aifm.org](http://www.aifm.org)

**Concepção Gráfica:**

Falhène Productions  
20140 Moca Croce - França

**Proofreading e tradução:**

RCDI  
Centro Empresarial de  
Grândola - Fracção E  
Incubadora de Empresas  
7570-272 Grândola - Portugal  
[www.rcdi.pt](http://www.rcdi.pt)

**Impressão:**

Aquabranding,  
Design e Publicidade  
Rua Arnaldo Ferreira,  
Lote 4.1, Loja 4G  
1750-412 Lisboa - Portugal

**Créditos das fotografias:**

Medland2020,  
Falhène Productions

**Depósito Legal:**

Novembro 2014

**ISBN : 978-2-7466-7431-8**



